

1 **ATA DA 22ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO PARTICIPATIVA**
2 **– CTGPar.**

3
4 Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às
5 14h10min, por videoconferência, através da plataforma Google Meeting, ocorreu
6 a 22ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão Participativa - CTGPar, instituída
7 pela Resolução nº 33 de 18 de março de 2010, com a seguinte pauta: I. O
8 acompanhamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
9 Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, em Mato Grosso; • Formulários de
10 Certificação 2020 e Informe 01, de 05 de março de 2021. II. Analisar e deliberar
11 acerca da solicitação contida no Ofício FECBH – MT nº 003/2021. • Resolução nº
12 04, de 31 de maio de 2006. Estavam presentes: Sra. Leonice de Souza Lotufo,
13 representante do **ITEEC**; Sr. José Roberto, representante da **ABAS**; Sr. Leandro
14 Obadowiski Bruno, representante da **SEMA**; Sra. Ingrid Leite, representante da
15 vaga 01 dos **CBH RH Paraguai**; Sra. Pamela Sangaleti, representante da vaga
16 02 dos **CBH RH Amazônica**; Sra. Carolina Ortiz, representante da vaga 01 dos
17 **CBH RH Amazônica**; Sr. Uirandi Faria Artioli, representante do **Instituto Gaia**;
18 Sra. Inês Martins, representante da **Águas Cuiabá**; e, Sra. Danielly Guia da Silva,
19 Secretária do CEHIDRO. Inicialmente a Secretária do CEHIDRO, informa o
20 objetivo da reunião e ressalta que primeiramente a CT deve eleger um presidente
21 bem como um relator, que ficará responsável por elaborar todos os pareceres a
22 serem encaminhados ao Conselho Pleno. Esclarece que o relator poderá ser
23 escolhido conforme surgirem assuntos a serem discutidos na CT, que os
24 membros da CT podem estabelecer regras específicas para o seu funcionamento.
25 Esclarece que somente o Sr. Leandro está impedido de participar da eleição para
26 presidente da CT, pois o mesmo ocupou essa função nos últimos dois anos. Por
27 unanimidade a conselheira Leonice Lotufo foi eleita presidente da CT de Gestão
28 Participativa, e o Sr. Leandro Obadowiski foi eleito relator da CT. Após, o Relator
29 fez uma apresentação acerca do Programa Nacional de Fortalecimento dos
30 Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, abordando um breve histórico
31 acerca do referido programa, sobre o aporte de recursos, as metas a serem
32 alcançadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH, as plataformas da ANA,
33 o calendário de entregas para 2021. Explica o formulário de Certificação a ser

34 preenchido por cada CBH. Enfatiza que neste momento os CBHs estão
35 aguardando o retorno da ANA, com a indicação da pontuação do estado conforme
36 o atingimento das metas pelos CBHs. A conselheira Carolina Ortiz pergunta se
37 somente após a aprovação do Plano se terá condições de avaliar o quanto é
38 efetivo as ações do Comitê, bem como o que compete a CT nesse processo de
39 eficiência dos Comitês. O Relator explica que no formulário de certificação
40 existem campos específicos para autoavaliação, onde os Comitês podem estar
41 respondendo se o Procomitês foi efetivo ou não, se está atendendo as
42 expectativas, as metas, se o programa está sendo útil para a atuação do Comitê
43 na Bacia. Diz que a gente busca resultados através das ações empreendidas
44 pelos CBHs, mas é difícil mensurar a qualidade desse produto, se efetivamente
45 está sendo realizado. Então, isso fica a cargo dos atores envolvidos, para que os
46 produtos reflitam a realidade da Bacia. Quanto a atuação da CT, diz que é
47 importante trazer esse olhar do CEHIDRO para os CBHs, de acompanhar o que
48 está sendo feito e buscar ajudar no que for necessário. A conselheira Ingrid Leite
49 salienta que a CT pode buscar formas de avaliar a real participação dos CBHs
50 em qualquer processo de gestão e de qualquer grupo dentro dos Comitês. Diz
51 que a CT pode estar debatendo acerca do real motivo pelo qual não há
52 participação de alguns grupos dentro dos CBHs. Solicita que a Gerência de
53 Fomento e Apoio aos CBHs apresente um panorama geral da real situação de
54 cada CBH, para que a CT tenha um norte. O Relator expõe que, após o 1º Ciclo
55 do Procomitês, o acompanhamento da situação de cada CBH vem sendo tratado
56 no Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas – FECBH. O conselheiro
57 José Roberto pergunta qual é a visão dos CBHs com relação às águas
58 Subterrâneas, uma vez que a SEMA não disponibiliza informações acerca da
59 quantidade de poços por Bacia. O Relator expõe que os CBHs vêm atuando na
60 discussão dessa temática, com a elaboração de seu Plano de Bacia. A
61 conselheira Carolina Ortiz solicita que sejam disponibilizadas informações dos
62 Comitês para que a CT possa avaliar e auxiliar no qualitativo desses CBHs. O
63 Relator propõe que a CT se reúna periodicamente para realizar o
64 acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos CBHs. Apresenta o
65 relatório de atividades da entidade estadual, que traz todas as despesas
66 realizadas pelos CBHs. Salienta que o recurso disponibilizado pelo Procomitês é

67 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido entre os 10 comitês,
68 para que executem seus respectivos planos de trabalho. O conselheiro José
69 Roberto pergunta se o plano de trabalho para o ano de 2021 já foi aprovado pelos
70 CBHs. O Relator responde que sim, cada comitê já aprovou seu plano de trabalho
71 para o ano de 2021. O conselheiro José Roberto pergunta se a aprovação do
72 plano de trabalho dos CBHs não passa pelo CEHIDRO. O Relator informa que
73 não, pois não compete ao CEHIDRO. O conselheiro José Roberto solicita o Plano
74 de Trabalho dos CBHs. O Relator se compromete a enviar a Secretaria Executiva
75 do CEHIDRO para que a mesma encaminhe aos membros da CT. A conselheira
76 Ingrid Leite pontua que como o estado ainda não implementou Agências de Bacia,
77 nem a cobrança, não existe um montante destinado a realizar todos os estudos
78 necessários nas Bacias. Destaca que cada instância tem sua função, que a
79 tomada de decisão compete a cada Comitê dentro da sua área de atuação, e é
80 necessário essa interação entre os CBHs e o CEHIDRO, para que este possa
81 compreender o todo e tomar decisões mais assertivas. A conselheira Pamela
82 Sangaleti pergunta se há um prazo para que todos os CBHs tenham um Plano de
83 Bacia. O Relator explica que sim e não, pois cada CBH está em um estágio. Que
84 temos oito Comitês que precisam apresentar o Plano de Bacia até o final do
85 programa, e dois Comitês (Alto Araguaia e Jauru) que no momento do contrato
86 estavam em processo de criação, por isso não possuem metas tão restritivas, e
87 precisam apresentar apenas o Termo de Referência para o Plano de Bacia.
88 Salaria que o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) dividido entre os dez
89 Comitês, são R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada Comitê o que
90 certamente não daria para contratar uma empresa que elabore o Plano de Bacia.
91 Sendo assim, este valor é para que os CBHs se estruturam, para que tenham
92 meios de alavancar parcerias, firmar termo de cooperação para que consigam
93 alcançar seus projetos. A conselheira Pamela expõe que certamente as
94 necessidades de cada Comitê só passem a ser perceptíveis realmente com a
95 elaboração do Plano de Bacia. O conselheiro José Roberto pergunta se existe
96 outra fonte de recursos para auxiliar nas atividades dos CBHs. O Relator
97 responde que de forma mais abrangente o Progestão, que dá suporte a todos que
98 compõem o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. O conselheiro José Roberto
99 pergunta a respeito do FEHIDRO. O Relator expõe que ainda não é de seu

100 conhecimento como será a estrutura de utilização desse Fundo. Após, passou-se
101 ao próximo item da pauta, a análise e deliberação acerca do Ofício FECBH – MT
102 nº 003/2021, que requer atualização e adequação dos critérios gerais na
103 formação e funcionamento dos CBHs, assim como diretrizes gerais dos seus
104 processos eleitorais. O conselheiro José Roberto pergunta se não ficaria muito
105 parcial essa atualização da Resolução n. 04, de 31 de maio de 2006, uma vez
106 que três membros dessa CT representam os CBHs. A Secretária do CEHIDRO
107 expõe que não, uma vez que o documento a ser elaborado passará por
108 apreciação da Plenária do CEHIDRO, e os representantes do CBHs que
109 compõem essa CT em muito podem contribuir na elaboração desse documento,
110 tendo em vista que possuem conhecimento das reais necessidades e dificuldades
111 dos Comitês. A conselheira Ingrid argumenta que gostaria de realizar uma
112 consulta aos Comitês da Região Hidrográfica que representa, para que possa
113 trazer os pontos a serem alterados ou mantidos. Aconselha que os demais
114 representantes de Região Hidrográfica, façam o mesmo. O Relator expõe que
115 essa demanda surgiu no FECBH após a nova lei da Política Estadual de Recursos
116 Hídricos, a Lei nº 11.088/2020. Que a Resolução nº 04, de 31 de maio de 2006
117 está estruturada na antiga Política Estadual de Recursos Hídricos, e necessita de
118 atualização. Após discussões, como encaminhamento restou definido que a
119 Presidente irá formular um documento inicial, indicando os principais pontos a
120 serem atualizados na Resolução nº 04, de 31 de maio de 2006. Para tanto, a
121 Presidente solicita a Secretaria Executiva do CEHIDRO que envie em formato
122 editável a Resolução nº 04, de 31 de maio de 2006. Restou definido que a próxima
123 reunião da CT será no dia 17 de junho de 2021, às 14h por videoconferência.
124 Nada mais havendo a tratar, às 16h25min, a Presidente encerra a reunião
125 agradecendo a presença de todos e, eu, Danielly Guia da Silva, lavrei a presente
126 ATA que será assinada pela Sra. Leonice de Souza Lotufo.

127
128
129
130
131
132

Leonice de Souza Lotufo
Presidente da Câmara Técnica de Gestão Participativa